

# Um projeto de desenvolvimento que produza mudanças estruturais

Geno  
Bra

Fernando Alcoforado \*

**Os fatos estão demonstrando que a política econômica posta em prática pelo governo Collor se constitui em verdadeiro fracasso desde que assumiu a Presidência da República. O País encontra-se à beira da hiperinflação, os investimentos na economia brasileira nunca estiveram em níveis tão baixos, os capitais externos deixaram de fluir para o Brasil há bastante tempo, a poupança gerada internamente está sendo alocada preferencialmente na especulação financeira quando não é transferida para o exterior, a recessão atinge generalizadamente todos os setores econômicos, os juros bancários estão elevadíssimos, o desemprego se processa em massa e o poder de compra da população brasileira tem caído verticalmente.**

O insucesso da política econômica do governo Collor resulta, fundamentalmente, da falta de um projeto de desenvolvimento nacional respaldado em medidas de profundidade que produzam mudanças estruturais na economia brasileira como, por exemplo, a realização de reformas agrária, industrial, fiscal, bancária, educacional, entre outras, articuladas entre si, capazes de fazer com que o País se desenvolva em novas bases. Esse projeto de desenvolvimento deveria ser centrado num grande esforço de exportações a fim de que o mercado interno cresça e se desenvolva por indução. A ênfase nas exportações é decisiva, porquanto o mercado interno brasileiro já atingiu o nível de saturação por conta do baixo poder aquisitivo da população, não se constituindo, portanto, em alavancador de crescimento econômico nacional. A conquista dos mercados mundiais nos moldes das estratégias do Japão e da Coréia do Sul representa a única opção possível no momento para a economia brasileira crescer e se desenvolver.

Os fracassos dos planos de estabilização econômica implementados nos últimos 10 anos são uma demonstração evidente de que o sistema econômico nacional requer mudanças estruturais para que ele passe a apresentar um desempenho satisfatório. Todo o arsenal de política econômica disponível de natureza ortodoxa e heterodoxa foi utilizado sem que se tivesse êxito no combate à inflação e na retomada do crescimento. As dificuldades de natureza estrutural e a ineficácia dos instrumentos de política econômica utilizados pelo atual governo associam-se o equívoco de implementar um programa econômico neoliberal em uma economia como a brasileira, dominada pelos oligopólios.

A experiência da liberação dos preços e da livre negociação salarial resultante do programa econômico neoliberal tem sido profundamente danosa para o País. Enquanto os preços disparam provocando a hiperinflação, os salários perdem o seu poder de compra, alimentando a recessão e gerando, em consequência, o fenômeno da estagflação. Os preços crescem de forma contínua porque os oligopólios que

comandam os setores econômicos mais modernos da economia brasileira procuram manter suas margens de lucro a todo custo. Os salários decrescem no seu poder de compra porque em épocas recessivas o poder de barganha dos sindicatos diminui verticalmente devido ao grande número de desempregados ou porque os assalariados não estão suficientemente organizados para reivindicar.

A prática demonstra, inequivocamente, que em economias oligopolizadas como a brasileira não há outra alternativa para evitar a escalada de preços senão a do seu controle pelo governo. Apenas naqueles setores econômicos onde haja uma efetiva concorrência deve-se admitir a liberação total dos preços. Qualquer majoração nos preços deveria levar em conta a taxa de inflação registrada no período, bem como as margens de lucros admitidas para cada setor produtivo. Os salários, por sua vez, deveriam ser, também, majorados em função dos ganhos de produtividade alcançados e da taxa de inflação. Esta política de preços e salários deveria assegurar a margem de lucros das empresas e o poder de compra dos trabalhadores.

A redução dos níveis de inflação no Brasil só será bem sucedida se, ao lado do controle de preços dos oligopólios, houver a eliminação do déficit público e o governo federal atuar como regulador eficaz do mercado, suprindo-o de produtos quando existir ameaça de desabastecimento, com estoques de produtos agropecuários ou com importações de produtos em geral. Na regulação do mercado, torna-se imprescindível a recuperação da capacidade financeira do governo com a geração de superávits fiscais e cambiais a fim de que ele possa financiar os estoques reguladores e as importações objetivando o controle de preços. No entanto, a recuperação da capacidade financeira do governo deve-se efetivar mais pela redução dos gastos públicos, principalmente de custeio, do que pela elevação dos impostos para minimizar o impacto destes sobre os preços dos bens e serviços.

A estabilização da economia brasileira só será alcançada, portanto, quando as margens de lucros das empresas, o poder aquisitivo da população e a capacidade financeira do governo forem assegurados através do controle de preços, da adoção de uma política salarial compatível, da eliminação do déficit público e da regulação do mercado pelo governo federal. Paralelamente ao esforço de redução dos níveis de inflação no Brasil, é preciso que sejam desenvolvidas ações capazes de elevar a taxa de investimento na economia brasileira que se situa hoje no nível de 15% do PIB (Produto Interno Bruto), inferior, portanto, à taxa histórica de 25% e bem abaixo de 30% do PIB que seria necessária para assegurar uma taxa de crescimento da economia de 6,7% ao ano e proporcionar a geração de 3 milhões de empregos por ano demandados pelo mercado de trabalho.

Para elevar a taxa de in-

vestimento na economia, o governo federal deveria desenvolver ações que contribuam para desincentivar a especulação financeira, evitar a fuga de capitais do País e atrair capitais externos. A adoção de medidas de tributação sobre ganhos especulativos e de redução das taxas de juro associadas à concessão de incentivos e inversões em setores produtivos contribuiriam seguramente para desincentivar a especulação financeira e evitar a fuga de capitais do País. A atração de capitais externos só terá êxito se, ao lado de uma negociação bem-sucedida da dívida externa e do sucesso no combate à inflação, existirem atrativos para o investimento estrangeiro no Brasil.

O êxito no combate à inflação e na elevação das taxas de investimento no Brasil depende, entretanto, da existência de um projeto de desenvolvimento nacional em torno do qual os agentes econômicos públicos e privados e a sociedade brasileira no seu conjunto se articulem para implementá-lo. Cabe, portanto, ao governo federal dar o primeiro passo nesta direção para salvar o País da débâcle política, econômica e social que se prenuncia para o futuro com a manutenção do caos atual.

\* Engenheiro, foi secretário do Planejamento de Salvador e coordenador de energia da SME e é, atualmente, presidente do Clube de Engenharia da Bahia.